



BOLETIM PNETP

Publicação da Coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial

Secretaria Nacional de Justiça
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Maio/Junho 2007 Ano 1 nº 1

ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

I Reunião Oficial do GTI

A I Reunião Oficial do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com o objetivo de elaborar proposta de construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), aconteceu nos dias 10 e 11 de maio, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A abertura do evento contou com a participação do Secretário Nacional de Justiça, Antonio Carlos Biscaia, do Embaixador Jorge d'Escragnolle Taunay e da Larissa Beltramim, Secretária Adjunta Substituta da Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre outras autoridades do poder Legislativo e Executivo, além de representantes da sociedade civil e de organismos internacionais.

O Grupo de Trabalho Interministerial é coordenado pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e foi instituído nos termos do Decreto nº 5.948/06 e da Portaria Conjunta nº 631/07.

O objetivo da reunião foi iniciar a construção do PNETP, identificando as prioridades (objetivos), ações, metas específicas, órgão responsável, parceiros e prazos (curto, médio ou longo prazo), para sua implementação nos próximos dois anos.

A metodologia adotada na reunião pela coordenação foi dividir os participantes em três subgrupos, cada um representando um eixo temático já estabelecido na Política Nacional: prevenção, repressão e atenção à vítima.

A partir dessa reunião, o GTI tem agora prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 30, para elaborar a Proposta do Plano.



I Reunião Oficial do GTI.

O que o governo pretende é construir, junto com a sociedade civil e organismos internacionais, um plano que seja verdadeiramente operativo no combate ao tráfico de pessoas.

Entidades da sociedade civil convidados para a I Reunião Oficial

- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
- Aldeia Juvenil
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- Repórter Brasil
- Comissão Pastoral da Terra
- Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB)
- Marcha Mundial de Mulheres
- Instituto Carvão Cidadão
- Representante do Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (Ibiss)
- Representante do Serviço à Mulher Marginalizada (SMM)
- Instituto Latino Americano de Direitos Humanos (ILADH)
- Representante da Aliança Global contra Tráfico de Mulheres (GAATW)

No Estado contemporâneo as ações realizadas para a consecução de interesses públicos não são necessariamente fruto da atuação estatal isolada. Pelo contrário, hoje o Terceiro Setor, caracterizado por ser um espaço público não-estatal, é parceiro do Estado na implementação de políticas públicas, principalmente na área social, além de ser um ator importante no controle e fiscalização das atividades governamentais.

Em consonância com essa perspectiva sócio-participativa, o processo de criação do PNETP conta com a participação efetiva de entidades da sociedade civil. Em razão de sua vasta experiência, o governo percebeu que a presença delas é de grande valia para se alcançar um documento concreto e que realmente reflita os anseios da sociedade. Assim, foram convidadas, por meio de seus parceiros governamentais, 12 instituições para representar a sociedade civil, de forma a garantir os recortes temáticos de gênero, infanto-juvenil e de combate ao trabalho escravo.

Durante as reuniões oficiais, o papel das entidades é fornecer contribuições que auxiliem o governo a construir um Plano executável. Os representantes da sociedade civil podem propor à vontade, têm o mesmo direito a fazer uso da palavra e suas intervenções são aceitas ou rejeitadas assim como as demais.

No entanto, a atuação dessas entidades não se esgota na participação pontual durante as reuniões presenciais. Pelo contrário, cabe a elas consultar as bases e alimentar suas redes e parceiros com informações sobre o andamento do processo, bem como colher de seus interlocutores críticas e sugestões.

Em outras palavras, elas representam não só a instituição da qual fazem parte, mas toda uma gama de atores sociais envolvidos em seu mandato. Por tal razão, elas têm uma função de multiplicadoras: são responsáveis pela disseminação das discussões para toda a sociedade. Além disso, esperamos que a sociedade civil participe de outras formas, por e-mail, telefone, visitas aos órgãos públicos envolvidos com o tema. As reuniões oficiais são momentos pontuais de consolidação de entendimentos, mas não são os únicos espaços de participação.

Com o envolvimento da sociedade civil, a coordenação do GTI tem a certeza de que o PNETP será fruto de um processo democrático e legítimo, e que, portanto, será apropriado por todos.

II Reunião do GTI

Para continuar os trabalhos da elaboração do PNETP, a coordenação do GTI realizará, nos dias 26 e 27 de junho, na Academia Nacional de Polícia, a II Reunião Oficial do GTI.

Nessa ocasião, também contamos com a presença de representantes de organismos internacionais e da sociedade civil, como na primeira reunião.

Durante o intervalo entre as duas reuniões, a coordenação do grupo recebeu algumas contribuições para aperfeiçoar o documento trabalhado no primeiro encontro.

Agora, os participantes do GTI tentarão consolidar essas propostas e avançar mais um passo em direção ao texto final do PNETP.

Organismos internacionais convidados para a I Reunião Oficial

Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)

Partners of America

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

EXPEDIENTE

Publicação da Coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial

Secretaria Nacional de Justiça
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Edição e Revisão: Cidália Sant'Ana e Mariana Carvalho
Fotografia: Isaac Amorim
Editoração Eletrônica: Cidália Sant'Ana

Distribuição Eletrônica

Envie suas críticas, sugestões e perguntas para traficosereshumanos@mj.gov.br